



Anais da Assembléia

Nº 135

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

LEI Nº 10.458

DATA: 27 de setembro de 1993

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar Penitenciárias nas áreas rurais no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar Penitenciárias nas áreas rurais no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias contados a partir da data de sua publicação.

Parágrafo Único - Os recursos para execução da presente lei advirão de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 013/93

DATA: 29 de setembro de 1993

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná do Exercício de 1991.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao Exercício Financeiro de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

Ato da 1ª Secretaria:

ORDEM INTERNA DE SERVIÇO

O Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do protocolado nº 11.034, de 29 de

setembro de 1993, deste Poder,

R E S O L V E:

Acatar a renúncia por parte do ex-Deputado Estadual, Waldenício Barbalho, dos benefícios junto a esta Assembléia Legislativa a que tinha direito como contribuinte do extinto Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, (Lei nº 9498/90), determinando à Diretoria de Pessoal a sua exclusão definitiva da folha de pagamento, a partir de 1º de outubro de 1993.

Gabinete da Primeira Secretaria, em
04 de Setembro de 1993

(a) ANIBAL KHURY
1º Secretário

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1993**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Élio Rusch, João Preis, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Namir Piacentini e Rossoni (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da

Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

0102/93

Senhor Presidente.

Pelo presente, venho requerer de V. Exa., seja determinada a data de 28 de outubro próximo vindouro, no horário das 17:00 horas, a fim de que, na mesma, possa ser efetuada a cerimônia de entrega de Título de Cidadão Honorário ao Sr. Marcos Olsen, concedido por esta Casa pela Lei 9535 de 07 de novembro de 1990.

Certo de seu atendimento, apresento meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.09.93

(a) NELSON JUSTUS

Indicações:

Indicação

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Indicação do nobre Deputado Toti Colaço para compor a Comissão Especial que procederá estudos relativos aos índices de participação dos municípios no resultado da arrecadação do ICMS.

Sala das Sessões, em 30.09.93

(a) RENATO ADUR

Indicação

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a V. Exa. que o Deputado Neivo Beraldin, irá compor a Comissão Especial para estudos de questões relativos ao ICMS.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.09.93

(a) NILTON BARBOSA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do regime de urgência para o Projeto de Lei nº 484/93, Mens. nº 052/93, que fala sobre a liberação do transporte coletivo intermunicipal.

Sala das Sessões, em 30.09.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 468/93, que cria a Lei Florestal no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.09.93

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 3820

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, a formulação e inserção em Ata de voto de congratulações à Rádio Independência, desta Capital, pela comemoração do seu 30º aniversário de fundação.

Que do teor do presente seja dada ciência à Diretoria da Rádio Independência do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.09.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Uma das mais importantes emissoras de Rádio do Paraná, a Independência, está completando, nesta data, trinta anos de sua fundação.

É uma marca invejável. A Rádio Independência atravessou três décadas de vida consolidando seu papel de utilidade nas comunicações, oferecendo grande número de empregos aos mais diversos profissionais do nosso Estado e qualificando-se como um veículo sério de imprensa. A Rádio Independência, diariamente, oferece programação que vai desde a informação, através de seus programas de radiojornalismo, ao lazer da população e divulgação da música brasileira.

Inserir nos Anais do Poder Legislativo um voto de congratulações a essa emissora é cumprimentar todos os profissionais direta ou indiretamente responsáveis pela posição de destaque alcançada pela Rádio Independência no Paraná e no Brasil.

REQUERIMENTO Nº 3824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Dr. Rogério Walbach Tizzot, Diretor Geral do DER/PR, solicitando a presença da Patrulha Rodoviária Mecanizada, no Município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 30.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Pinhão não tem recursos disponíveis em seu orçamento para a conservação e manutenção permanente das estradas em toda a sua extensão

territorial, onde existem várias delas são estaduais.

Com o crescimento de toda a região surgem inúmeras reclamações, não só dos moradores das localidades, mas também daqueles que procuram o Pinhão para os diferentes comércios.

Por outro lado, registra-se que os produtores e pecuaristas do município, bem como das cidades vizinhas procuram constantemente a Prefeitura para registrar seus protestos.

Diante desses fatos, pedimos que seja enviado uma correspondência ao Ilmo. Dr. Rogério Walbach Tizzot, Digníssimo Diretor Geral do DER/PR, no sentido que determine o deslocamento da Patrulha Mecanizada, daquele Órgão a região do Município de Pinhão, para a realização de vários melhoramentos em todas as estradas.

REQUERIMENTO Nº 3825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 30.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cada dia que passa, aumenta a população do Município de Pinhão, tanto na parte rural, como em todo o perímetro urbano, e com isso os integrantes da Delegacia de Polícia ficam impossibilitados de dar os atendimentos preconizados constantemente pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Por outro lado, convém salientar que, ainda nos finais de semana, em função da presença de trabalhadores das duas Usinas existentes na região aumentam as ocorrências policiais.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Dr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, mostrando a necessidade de um veículo para a Polícia Civil do Município de Pinhão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas para uma comunicação ao Plenário de que na próxima segunda-

Curitiba, quinta, em 30.09.93

-feira e terça-feira estaremos na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, em reunião primeiramente do Conselho Parlamentar do Sul, que congrega as quatro Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Neste dia estaremos analisando, discutindo e votando o Regimento Interno que irá nortear os trabalhos deste Conselho Parlamentar do Sul que vem em somatória a todo o trabalho que já desenvolvem em nossa Região Sul os Senhores Governadores e demais autoridades através do CODESUL. Então na próxima segunda-feira, acompanhado de outros Parlamentares desta Casa, estaremos lá em Florianópolis participando desta reunião do Conselho Parlamentar Sul.

Na terça-feira, dia 5, estaremos participando, ainda em Florianópolis, de uma reunião da União Parlamentar Interestadual, envolvendo desta feita os Deputados destes Estados já mencionados.

Como já dissemos, estamos desenvolvendo estes trabalhos junto com os demais presidentes visando discutir, de forma uniformizada, e buscando um entendimento, os assuntos que interessam a nós aqui da Região Sul.

Quero antecipadamente agradecer a Vossa Excelência Deputado Hermas Brandão, que na segunda e terça-feira estará presidindo a Assembléia Legislativa do Paraná durante nossa ausência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, para compor a Comissão Especial que procederá estudos relativos aos índices de participação dos municípios no resultado da arrecadação do ICMS. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado que irá compor a Comissão Especial para estudos de questões relativas ao ICMS. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Lei nº 453/93, que extingue o Fundo de Previdência do Estado criado pelo Art. 3º da Lei 10219 de 21 de dezembro de 1992. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - Gostaria de registrar os votos contrários da Bancada do PDT.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - E da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Estão registrados os votos contrários da Bancada do PDT, dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese e Cezar Silvestri e da Bancada do PT.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3817 de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3820, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3616, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Para encaminhar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando pela aprovação deste requerimento em função de que inúmeras forças sociais de nosso País se levantam neste momento contra esta malfadada revisão constitucional.

É obra das elites conservadoras que pretendem, com a revisão constitucional, retirar da Constituição, os direitos sociais e econômicos do povo brasileiro. O poder empresarial e econômico do nosso País, através da CNI, da FEBRARAN, da UDR e de outros setores ligados diretamente ao capital estrangeiro, realizam uma reforma constitucional, envolvendo inúmeras somas em dinheiro para que se faça as reformas em prejuízo à grande maioria da população brasileira. Esta articulação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se dá de forma a constranger ou retirar os direitos sociais e os diversos direitos da sociedade brasileira, conquistados na elaboração da Constituição. Num acontecimento inédito, a população brasileira participou diretamente da elaboração desta Constituição que está em vigor. Cento e vinte e duas emendas populares foram apresentadas e subscritas por mais de doze milhões de brasileiros, fato inédito na história deste País e o que se quer hoje, é aprofundar o ajuste neo-liberal que as elites dominantes, conservadoras e econômicas querem fazer neste País.

O capítulo "Dos Direitos e Garantias Individuais" trouxe inúmeros avanços à sociedade, quando condenou o racismo - como crime inafiançável, consagrou a liberdade de expressão e o fim da censura, definiu a tortura como crime inafiançável e imprescritível e não passível de anistia. Consagrou os institutos do mandado de segurança coletivo e de injunção, da ação popular e do habeas-data. Em relação aos direitos sociais, a nossa Constituição, através da força popular, em relação aos direitos so-

ciais, obteve inúmeros avanços, entre outros: as 44 horas semanais, a jornada de seis horas para o turno ininterrupto de trabalho, a licença maternidade e paternidade, remuneração das férias acrescidas de 1/3, aviso prévio proporcional, garantindo o mínimo de 30 dias.

No campo político, as conquistas principais foram: o direito do voto aos dezesesseis anos, a liberdade e a organização partidária, as garantias de representatividade parlamentar das minorias políticas com a manutenção do sistema proporcional de votação.

Na ordem econômica, estabeleceu-se vantagens para as empresas brasileiras de capital nacional; a nacionalização da exploração mineral.

Estabeleceu-se vantagens para as empresas nacionais, como se manteve o monopólio estatal do petróleo e minerais nucleares, a telecomunicação e a energia.

Inoportuna pois esta pretendida revisão constitucional, quando mais de cem dispositivos ainda aguardam regulamentação para alcançar a sua vigência plena.

Estes são os argumentos e é o que justifica que não se faça a revisão constitucional neste momento. O atual Congresso, que se encontra em final de mandato, não pode se arvorar do poder constituinte quando recebeu a desconfiança do povo brasileiro na aprovação do Parlamentarismo.

É sabido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a grande maioria dos Parlamentares do atual Congresso, eram favoráveis ao Parlamentarismo. Quando o povo brasileiro negou o Parlamentarismo ao nosso País, por grande maioria aprovou o Presidencialismo, descaracterizou o poder constituinte deste Congresso que atualmente deseja referendar a revisão constitucional e ainda mais, o Capítulo III - Das Disposições Transitórias, não diz em seu texto, de que a revisão deverá acontecer a partir do dia 6 de outubro, mas sim que, após cinco anos, após a data de 5 de outubro.

Será prudente que o Congresso atual, num momento eleitoral, num momento em que não tem a confiança da população brasileira. É inoportuno e inconcebível que, na marra, como um rolo compressor, faça acontecer a revisão constitucional quando importantes setores da sociedade civil estão contrários e quando esse Congresso não tem o poder, não tem o direito e não tem a confiança da população brasileira. Nós entendemos que esta Casa, que o Paraná tem se manifestado, em muitos momentos, levantando a bandeira de atos nacionais. E hoje ocorre na capital do Paraná um ato contra a revisão constitucional a partir das 18 horas na Boca Maldita.

Já se tem visto e ouvido, na imprensa,

declarações do Governador Roberto Requião e de tantas forças políticas do Paraná, como nacionais, contrários a esta revisão, achamos oportuno, coerente e correto que esta Casa se manifeste contrária a esta revisão que, no nosso entendimento, as elites querem, principalmente na ordem econômica, estabelecer o direito de monopólio, o direito de explorar as áreas estratégicas que a Constituição garantiu, o direito ao Brasil de explorar o seu petróleo, o direito estatal ao controle das comunicações e da energia. É importante que esta Casa se manifeste.

Por isso nós encaminhamos este requerimento e esperamos que esta Casa aprove este requerimento e se manifeste contrário a esta revisão constitucional, que entendemos nefasta, neste momento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) - Em rápidas palavras eu não poderia deixar de contestar as palavras do Deputado Constantino, porque eu entendo totalmente ao contrário.

O Brasil precisa urgentemente de rever a sua Constituição que, em muitos dispositivos dela, permaneceu o trabalho lobista. Quem é que não sabe disso? O Presidente da República, agora, nesta semana que se finda, mostrou-se irritado quando soube dos altos salários dos funcionários das estatais, das autarquias federais. Pior, quando ele percebeu-se incompetente para determinar providências que ele entendia cabíveis e necessárias, porque não havia respaldo na legislação vigente. Aí o caso da isonomia salarial, fruto dessa Constituição que os Estados acompanharam. Os Estados que adotaram Lei Complementar que Brasília votou equiparando os subsídios dos parlamentares federais com juízes. Parlamentar tendo vencimento de Juiz, Senhor Presidente, e os Estados, a exemplo de Goiás, que adotaram nivelando os Deputados com os juízes estão lá sem poder pagar e não sabe agora se paga delegado como coronel, como desembargador. Fruto dessa Constituição vigente.

O Paraná, o Governador está rompido com o Poder Judiciário. Esta Casa votou Mensagem do Senhor Governador estabelecendo parâmetros isonômicos conforme dispõe a Constituição no entendimento do Senhor Governador e a maioria desta Casa.

Votou-se lei encaminhada ao Senhor Governador, neste sentido; meses depois caiu a lei votada por esta Casa, de iniciativa do Senhor Governador, com declaração de inconstitucionalidade em Brasília, porque os funcionários das estatais não acatam, não aceitam e não podem aceitar porque a lei lhes permite ganhar mais. Quando há poucos meses um desembargador se aposentava com 70, 80 bilhões de cruzeiros até há

pouco, antes dos reais, o BANESTADO já aposentava gerentes do BANESTADO, Senhor Presidente, com valores superiores.

Há nesta Casa proposta do Senhor Governador sobre o assunto cujo, Relator, é o Deputado Fregonese, que procura melhorar esta situação mas não há como, é inconstitucional!

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, voto contrariamente a este requerimento discutido e apresentado pela Bancada do PT, defendido pelo Deputado Constantino, porque entendo necessário, indispensável e inadiável a reforma da nossa Constituição.

Evidentemente, isto, sem tirar o direito adquirido de quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação o requerimento dos Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Florisvaldo Fier.

Rejeitado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

Quatro (04) Senhores Deputados são favoráveis.

Os Senhores Deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) Senhores Deputados.

Está recusado o requerimento dos nobres Deputados.

Requerimentos n°s 3824 e 3825, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3823, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3680, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em explicações pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, inscrito.

(Declina).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colaço, Nilton Barbosa, Nelson Garcia, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, Arlindo Troian, Paulo Maia, Emilia Belinati, João Iensen, Colombino Grassano e Antonio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 429/93 do Deputado Antonio Costenaro Neto. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 463/93 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 444/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 56/93 do Deputado Carlos Simões. PARECER FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 454/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO com voto contrário dos Deputados Colombino Grassano, Paulo Maia e Emilia Belinati; 6) Projeto de Lei n° 399/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. O Deputado Paulo Maia manifesta-se contrariamente a esta postura do Governo do Estado, deveria haver contratação por concurso público. A Deputada Emilia Belinati diz que esta postura só contribui mais para a violência. O Deputado Colombino relata seu voto em separado, manifestando-se também contrariamente. O Senhor Presidente decide submeter novamente à votação o parecer do Deputado Colombino Grassano. O Deputado Oswaldo Trevisan faz alguns esclarecimentos e o Deputado Paulo Maia lembra a todos que a Constituição determina que o ingresso seja através de concurso público. APROVADO - PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia, com voto contrário dos Deputados Colombino Grassano, Paulo Maia e Emilia Belinati; 7) Projeto de Lei n° 181/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço, com voto contrário dos Deputados Colombino Grassano, Paulo Maia e Emilia Belinati - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 408/93 do Deputado Antonio Annibelli. PARECER CONTRÁRIO do Deputado José Arthur Ritti; 9) Projeto de Lei n° 453/93 do Poder Executivo. PARECER

FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Colombino Grassano, Emilia Belinati e Paulo Maia. Este Deputado menciona o artigo 55, inciso I da Lei de Previdência, que trata do Conselho Curador e diz ser mais um golpe contra o funcionalismo público; 10) Projeto de Lei n° 460/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 468/93 dos Deputados Anibal Khury e Heinz Herwig. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 456/93 do Deputado Luiz Carlos Zuk. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Relator e Presidente Erondy Silvério - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 455/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. O Deputado Colombino Grassano faz menção a sua provável saída desta Comissão de Justiça devido a vaga por partido. O Deputado Erondy Silvério manifesta a sua tristeza com relação a este acontecimento, uma vez que a presença do Deputado Colombino Grassano enaltece os trabalhos desta Comissão, pela sua capacidade e seriedade. O Deputado Oswaldo Trevisan também manifesta seu desapontamento. A Deputada Emilia Belinati diz que a Comissão perderá muito com isto. O Deputado Erondy Silvério faz votos de que logo possam contar com sua presença novamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 22.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Emilia Belinati, Mário Bezerra, Toti Colaço, Arlindo Troian, Nilton Barbosa, Nelson Garcia, Oswaldo Trevisan, Colombino Grassano, Antonio Costenaro, Luiz Antonio Setti e José Arthur Ritti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, passando à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 495/93 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 474/93 do Deputado Severino Félix. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 3) Proposição Veto n° 50/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 422/92 do Deputado Oswaldo Trevisan. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 4) Proposição Veto n° 51/93 do Poder Executivo que

veta o Projeto de Lei nº 228/93 do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 5) Projeto de lei nº 489/93 do Deputado Plauto Miró Guimarães. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 473/93 do Deputado Antonio Costenaro. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 446/93, do Deputado Renato Adur. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 475/93 dos Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL na forma do Projeto de Resolução em anexo, do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 496/93 do Deputado Edson Silva Lino. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 476/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 54/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 210/93 do Deputado Eurides Moura. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 12) Proposição Veto nº 53/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 224/93 do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 470/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 225/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 17/93 do Deputado Neivo Beraldin. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 485/93 do Deputado Ademar Traiano. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 491/93 dos Deputados Toti Colaço e José Arthur Ritti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 484/93 do Poder Executivo. O Deputado Erondy Silvério manifesta sua admiração pelo Deputado Colombino Grassano e por seu parecer. Concedido vistas ao Deputado Nilton Barbosa; 19) Recurso interposto pelo Deputado Mário Bezerra onde requer recorrer do despacho exarado no requerimento de CPI dos gastos em propaganda do Governo do Paraná. O Deputado Colombino Grassano havia pedido vistas a este Projeto de Lei e manifesta-se contrariamente ao parecer do Deputado Oswaldo Trevisan. O Deputado Mário Bezerra faz uso da palavra para dizer que esta Comissão derrubou o parecer anterior, do Deputado Nelson Justus, onde está embasado regimentalmente. A Deputada Emilia Belinati diz que esta é a oportunidade para que o Governo do Estado mostre seriedade. Não promovendo a CPI o Governo do Estado endossa as suspeitas de que agiu ilegalmente, segundo a Deputada. O Deputa-

do Toti Colaço diz que dentro de algumas semanas serão concluídas algumas CPis e que deverá ser dado andamento a esta. O Senhor Presidente diz que deverá ser esta instalada quando concluir a primeira. Aprovado o parecer do Deputado Oswaldo Trevisan, com voto contrário dos Deputados Colombino Grassano, Emilia Belinati e Mário Bezerra; 20) Projeto de Lei nº 479/93 do Deputado Basílio Zanusso. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 21) Proposição Veto nº 55/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 112/91 do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 472/93 do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 23) Proposição Veto nº 57/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 217/93 do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 24) Proposição Veto nº 59/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 264/93 de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 25) Proposição Veto nº 49/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 38/93 do Deputado Colombino Grassano. O Deputado Colombino Grassano faz uso da palavra para relatar que o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná não poderia ter encaminhado este Veto à CCJ, pois o Governador do Estado não o enviou em tempo hábil. O Senhor Presidente determina que o Deputado Colombino Grassano faça por escrito seu recurso para que possa colocá-lo em votação nesta Comissão, ficando o Projeto na CCJ até a apresentação do mesmo. O Deputado Nilton Barbosa cumprimenta a decisão do Sr. Presidente; 26) Projeto de Lei nº 478/93 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 451/93, do Deputado Djalma de Almeida Cesar. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 28) Projeto e Lei nº 428/93, do Deputado Antonio Costenaro Neto. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 427/93 do Deputado Heinz Herwig. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 487/93 do Deputado Domingos Carvalho. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 488/93 do Deputado Plauto Guimarães. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 483/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 33) Proposição Veto nº 56/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 227/93 do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL

do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira no horário das 13:30 horas.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, Emilia Belinati, Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan, Dalton Machuca, João Iensen e Luiz Antonio Setti. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando as atas das sessões anteriores após colocá-las em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 522/93 do Tribunal de Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 525/93 do Tribunal de Contas do Estado. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 521/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; A Deputada Emilia Belinati faz um protesto com relação ao índice dos aumentos, pois devido a inflação se torna inviável. 4) Projeto de Lei n° 523/93 do Tribunal de Contas do Estado. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 524/93 da Procuradoria Geral de Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente dá por encerrada a reunião e agradece a presença de todos os Membros, pois sem estes seria impossível a aprovação de tais Projetos e a inclusão nas Folhas de Pagamento deste mês. Apresentado requerimento da Senhora Deputada Emilia Belinati, em anexo.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Ana Lucia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

BÓIAS-FRIAS

ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar possíveis violações de direitos de menores e bóias-frias no Estado do Paraná, sob a Presidência do Deputado Luiz Henrique Bona Turra

ra. Conforme deliberação anterior, uma subcomissão, formada pelo Sr. Presidente e os Deputados Domingos Carvalho e Emilia Belinati, é que tomará o depoimento da Doutora Elvina Maria Soares Chaves, técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que se produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

BÓIAS-FRIAS

ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar possíveis violações de direitos de menores e bóias-frias no Estado do Paraná, sob a Presidência do Deputado Luiz Henrique Bona Turra e contando com a presenças dos Deputados Domingos de Carvalho, Emilia Belinati e Júlio Bifon. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida foram tomados os depoimentos dos Senhores Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura, e Elias Abrahão Secretário de Estado da Educação, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que se produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

BÓIAS-FRIAS

ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se na forma de subcomissão, a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar possíveis violações de direitos de menores e bóias-frias no Estado do Paraná, sob a Presidência do Deputado Luiz Henrique B. Turra e contando com a presença dos Deputados Domingos Carvalho, Emilia

Belinati e Júlio Bifon. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida foram tomados os depoimentos da Senhora Ivanira Tereza Marques Gomes de Pinheiro, Delegada Regional do Trabalho, e do Senhor Darci Frigo, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que se produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BÓIAS-FRIAS
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bóias-Frias sob a Presidência do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Instalada na forma de subcomissão e contando com as presenças dos Deputados Domingos de Carvalho e Emilia Belinati, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida foram tomados os depoimentos dos Srs. Agide Meneghetti, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, e Durval Amaral, Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Resolução nº 011/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado

Nereu Moura. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
SOLANGE MANN - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 470/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/93. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
SOLANGE MANN - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO
3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Senhor Deputado Severino Felix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, constando da Ordem do Dia o Relato do Projeto de Lei nº 381/93, tendo como Relator o Deputado Nereu Moura. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Relator que apresente seu Parecer. Projeto de Lei nº 381/93, PARECER FAVORÁVEL, colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 20.09.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
RUBENS BREMER - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Domingos Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados, Lourenço Fregonese, Luiz A. Setti e Antônio Costenaro. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 439/93 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Com PARECER do Deputado Lourenço Fregonese FAVORÁVEL - APROVADO, 02) Projeto de Lei n° 465/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz A. Setti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário da Comissão.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
OSMAR PRESTES - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Domingos Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados, Lourenço Fregonese, Severino Félix e Algaci Túlio. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 266/93 de autoria do Deputado Luiz A. Setti. Com PARECER do Deputado Lourenço Fregonese FAVORÁVEL -

- APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 425/93, autoria do Deputado Luiz A. Setti. Com PARECER do Deputado Severino Félix FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário da Comissão.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
OSMAR PRESTES - Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 319/93 de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto. Relator: Deputado Mário Bezerra. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO, 02) Projeto de Lei n° 374/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Arlindo Troian. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 375/73 de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Domingos Carvalho. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 445/93 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Gisele Pacheco, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
GISELE PACHECO - Secretária